



Número: **0816957-72.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **11/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS OLIVEIRA DA SILVA (AUTOR)		FERNANDO GUIMARAES ANDRADE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13810 274	18/12/2020 19:47	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816957-72.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]
AUTOR: CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

I – RELATÓRIO:

CARLOS OLIVEIRA DA SILVA, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados.

O autor alega que foi vítima de acidente de trânsito em 14/07/2018, resultando em fratura no tornozelo esquerdo, o que teria acarretado sequelas permanentes. Acrescenta que ingressou com requerimento administrativo de indenização junto a seguradora requerida, recebendo a importância de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), todavia alega que o valor recebido é inferior ao valor fixado pela Lei nº 6.194/74. Em razão disso, ingressou com a presente demanda, pleiteando pela complementação da indenização, requerendo, ainda, a concessão da gratuidade da justiça.

Despacho inicial deferiu a gratuidade processual e designou Audiência de Conciliação, e, para o caso de não haver transação, ficou logo determinada a realização de prova pericial.

Contestação do requerido, sustenta que o boletim de ocorrência registrado pelo requerente não é válido, aduz, ainda, que não foi anexado aos autos o laudo do ILM quantificando a lesão. Acrescenta o pagamento no âmbito administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) compatível com o grau da lesão sofrida. Pugna pela improcedência total da demanda.

Despacho de ID nº 11991790 nomeando perito e deferindo a realização de prova pericial.

Perícia judicial realizada, conforme laudo médico acostado nos autos, evento de ID nº 13435238, tendo o perito concluído pela ocorrência de 2 (duas) lesões: dano parcial incompleto em membro inferior esquerdo no percentual de 50

% (cinquenta por cento) e leve em membro inferior esquerdo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

As partes se pronunciaram sobre o laudo médico, ocasião em que se manifestaram sem oposição ao laudo.

O perito manifestou-se requerendo o pagamento dos honorários periciais.

É o relatório, passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

O feito comporta julgamento no estágio em que se encontra, dada a natureza da matéria e por ser a prova produzida eminentemente documental, consoante preconiza o art. 355, I, do novo Código de Processo Civil.

DA PROVA PERICIAL:

Prefacialmente, acolho o laudo pericial apresentado pelo perito judicial, que concluiu pela existência de 2 (duas) lesões: dano parcial incompleto em membro inferior esquerdo no percentual de 50 % (cinquenta por cento) e leve em membro inferior esquerdo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Em consequência, aplicando-se o percentual de 70% previsto na tabela de indenização por seguro DPVAT vigente, para as sequelas em questão, resulta no valor inicial de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). E Considerando que a invalidez é incompleta aplica-se a redução proporcional prevista art. 3º, §1º, inciso II da lei 6.194/74, adotando-se o percentual de repercussão média de 50% (cinquenta por cento) para a primeira lesão, a indenização seria o equivalente a R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e percentual de 25 % (vinte e cinco por cento) para a segunda lesão, R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) para lesão parcial incompleta leve no membro inferior esquerdo.

Desta forma, considerando que já houve o pagamento administrativo do valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta a seguradora requerida efetuar o pagamento de indenização complementar no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) em favor do requerente.

III – DISPOSITIVO:

Isto posto, pelas razões declinadas acima, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial, a fim de condenar a requerida ao pagamento de indenização complementar pela invalidez parcial incompleta

residual de tornozelo esquerdo no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), acrescidos de juros moratórios a contar da citação (Súmula 426, STJ) e correção monetária a partir do evento danoso (Súmula 580 do STJ).

Considerando que o perito já apresentou o laudo pericial, defiro o pedido, de modo a autorizar, mediante a EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL, mediante a transferência eletrônica dos valores depositados em conta judicial nº 28365850088123127, Agência 2234, Código do beneficiário 99747159-X, Banco do Brasil, em favor do perito RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, CPF nº 022.838.753-15, na Agência do Banco do Brasil, n.º 5027-X, Conta-Corrente n.º 109.629-X, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e eventuais acréscimos, referentes aos honorários periciais.

Por fim, determino que o presente despacho servirá de alvará judicial, devendo o mesmo ser enviado para o e-mail da instituição financeira, para que esta realize a transferência dos valores para a conta supracitada.

Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.

P.R.I. e cumpra-se.

TERESINA-PI, 16 de dezembro de 2020.

LUCICLEIDE PEREIRA BELO
Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina